



INTERVENÇÃO MILITAR: DO ANTIDEMOCRÁTICO À REPRESSÃO DE DIREITOS

O Brasil possui uma forte tradição ligada à força militar. Além de a república ter sido proclamada por um marechal, Deodoro da Fonseca, foram oito presidentes que sucederam. Essa tradição voltou com força e o apoio a uma intervenção militar tomou conta até das redes sociais. Uma visão antidemocrática é tanto prejudicial ao sistema político quanto à sociedade, visto que fere a constituição federal e majoritariamente vem atrelada a uma série de limitações.

Primordialmente deve-se ressaltar que a tomada do governo por parte dos militares sem o conhecimento do Presidente da República é considerado golpe. De acordo com o artigo 142 da Constituição, as forças armadas não apenas são destinadas a garantir os poderes constitucionais, como também promover a lei e a ordem, sempre sob a autoridade do presidente. Uma intervenção, portanto, significaria insubordinação ao poder presidencial e seria, para tanto, inconstitucional.

Somando-se a isso o regime militar é altamente associado ao autoritarismo, cujos princípios são baseados na ordem, pleno respeito às autoridades e o mais radical deles, a limitação das liberdades individuais. A exemplo do que pode se tornar, além da Ditadura Militar Brasileira de 1964, há o regime vigente na Coreia do Norte, que possui total apoio militar. Alguns de seus preceitos visam à restrição de direitos dos cidadãos como o impedimento de manifestações contra o governo, à censura de diversos sites e livros, a limitação do acesso à internet e a proibição da pluralidade política. O excesso de exigências sufoca a sociedade ao retirar seus direitos fundamentais; ferindo inclusive os Direitos Humanos.

A partir dos argumentos supracitados, visando comprovar para os brasileiros o quão nocivo a intervenção seria tanto para o cenário político quanto para o social, algumas medidas podem ser tomadas. Deve-se por parte do Ministério da Educação, promover palestras em instituições educacionais realizadas por especialistas em política a fim de mostrar aos jovens, como exemplo, as ditaduras de 64 no Brasil e da Coreia do Norte e seus malefícios, denotando ineficácia que teria um novo regime militar no país. Além disso, os canais de televisão deveriam produzir uma reportagem contando com depoimentos de pessoas que viveram durante o governo ditatorial militar brasileiro, exibindo detalhes de tudo que ocorreu para que o público fique ciente que pode vir a acontecer novamente. Assim sendo, haveria uma grande parcela da população mais informada acerca da infância do militarismo.

Júlia Brustolim Zagorac
3º ano / Balneário
2018